

Pacote vai taxar mais o curto prazo

BRASÍLIA — O pacote tributário preparado pela Receita Federal para gerar mais recursos ao Tesouro em 1990 prevê a elevação do Imposto de Renda cobrado sobre as aplicações financeiras nos fundos de curto prazo. Ainda não foi fechada a proposta final de taxação, mas a arrecadação com a medida já está prevista no orçamento e chega a NCz\$ 700 milhões — a preços de maio, parâmetro para elaboração do orçamento. O ganho com este pacote será de NCz\$ 5,7 bilhões, sendo que desse total NCz\$ 1,5 bilhão será repassado aos estados e municípios. As mudanças são as seguintes:

Fundos de curto prazo: Uma das propostas é elevar as alíquotas do IR dessas aplicações de 2,5% para 3%, no caso de identificação do aplicador (nominativos) e de 5% para 6%, quando não há identificação (ao portador). Esta será a sexta mudança de tributação do setor desde janeiro, se for aprovada pelo Congresso.

Importação: A reforma deverá gerar ganho de NCz\$ 406 milhões ao governo. As alterações serão seletivas, com redução de imposto para aqueles produtos em que há interesse em incentivar a importação e aumento para os demais.

IPI: O estudo sobre o aumento incidente sobre produtos supérfluos, como roupas, calçados de grife e cigarros será concluído nos próximos meses. Mesmo assim, o governo já conta com um ganho de NCz\$ 700 milhões.

Incentivos fiscais do IR: Projeto de lei está ainda sendo elaborado pela Receita Federal para definir quais os incentivos na área do IR que serão cortados em 50%, em média. Deverão ser mantidos os benefícios proporcionados pelo gasto de uma empresa em transporte, como no programa de Vale Transporte, pelas despesas com cultura (Lei Sarney), e aqueles concedidos à Zona Franca de Manaus, regiões Norte e Nordeste. Também não está acertada a elevação do IR do lucro das exportações de 6% para 18%. Apesar dessa indefinição, o orçamento conta com ganho de NCz\$ 950 milhões.

IR Rural: O presidente Sarney tende a recomendar a votação do projeto de lei que muda essa tributação que foi encaminhado pelo Executivo em 1988. A previsão é de uma receita adicional de NCz\$ 150 milhões.

Microempresas: Deverá ser encaminhado um projeto de lei propondo que as microempresas deixem de ser isentas de IR e passem a pagar 25% de imposto sobre 3,5% de sua receita bruta anual. No orçamento, essa mudança traz uma receita de NCz\$ 950 milhões.

Redução de incentivos do IPI: O governo prevê que o corte dos incentivos fiscais concedidos nessa área — como nas exportações, por exemplo — vai gerar receita de NCz\$ 430 milhões, embora também ainda não esteja definido qual o setor que não será atingido.

IOF das bolsas: A criação do IOF de 1% sobre as operações à vista em bolsas de valores vai gerar receita de NCz\$ 360 milhões. Apesar dessa previsão, o presidente Sarney tende a recomendar a votação do projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso pelo Executivo em 1987 e que estabelece uma alíquota de 0,5% de IOF.

Grandes fortunas: A tendência é recomendar a votação do projeto. Se ele for aprovado como está, vai gerar receita de NCz\$ 800 milhões, já incluída no orçamento.

ITR: O governo desistiu de elevar a alíquota do Imposto Territorial Rural em 50%, como previsto inicialmente, mas manteve a decisão de transferir sua cobrança e administração do Incra para a Receita Federal. Essa transferência vai gerar ganho de NCz\$ 250 milhões.